

Experimentação animal e o avanço do conhecimento

Regina Pekelmann Markus

A humanidade ao longo de seu percurso histórico tem como um de seus principais motores, a busca de conhecimento. Para que possa haver consolidação de novos conhecimentos há inicialmente um questionamento, que pode ser uma curiosidade ou uma dúvida sobre fatos já consolidados. Em ambos os casos, o processo deve envolver a formulação de questões ou hipóteses que possam ser testadas de forma objetiva. Essas hipóteses, de preferência, devem ser testadas em vários modelos experimentais, de tal forma a termos sua sustentação ou rejeição. Não é pouco freqüente que a soma de diferentes modelos experimentais gere desvios do previsto, e com isso possa se avançar na formulação de teorias. Quanto mais rica e mais variada for a forma de testar uma hipótese, maior será a aproximação dos fatos e com mais precisão passamos a consolidar o conhecimento.

O estudo dos processos biológicos abrange a noção das atividades e das reações fisiológicas e fisiopatológicas. Esses estudos devem abranger o entendimento da atividade molecular, das micro e macromoléculas, bem como dos complexos moleculares, passar pela organização tecidual e molecular e chegar ao indivíduo e ao relacionamento entre indivíduos e espécies. É muito comum a história de moléculas que são descobertas e estudadas no âmbito da fisiopatologia, e após anos sendo consideradas um fator negativo demonstra-se que em determinados sistemas e condições fisiológicas estas moléculas são essenciais nos processos normais, e que sua inibição indiscriminada pode causar danos.

Imaginar que a funcionalidade de um organismo depende única e exclusivamente das moléculas que o compõe, é uma forma de simplificar o problema e chegar a pontos cegos.

Atualmente há um intenso debate sobre o uso de animais para experimentação. Apesar das aparências, esse não é um debate polarizado entre o sim e o não. Esse é um debate que tem encontrado vários matizes. Usar animais para que? Em que condições?

Ao buscar argumentos para a primeira pergunta encontramos respostas do seguinte tipo: 1- testes toxicológicos; 2- investigação de novos fármacos; 3- busca de novos procedimentos cirúrgicos; 4- investigação de procedimentos que envolvam interações entre sistemas, como por exemplo, a mobilidade de um membro por estimulação neural; 5- entendimentos dos processos de hiperalgesia; 6- novas fronteiras das interações entre sistema nervoso, imune e endócrino.

Esta lista poderia ser ampliada e comentada. Muitos textos já foram escritos neste sentido. A pergunta que não cala: “Não poderia ser atingido o mesmo objetivo com métodos alternativos?” Fica evidente, que cada um dos argumentos apresenta diferentes graus de complexidade. Assim sendo, a pertinência de utilizar métodos alternativos deve ser avaliada. Portanto, a utilização de animais de laboratório deve ter uma motivação adequada e comprovada, passível de ser avaliada.

A segunda pergunta levantada é: “Em que condições seria realizada a experimentação animal?”. Novamente essa questão precisa ser adequada aos experimentos propostos. Não há dúvida de que a manutenção dos animais em condições adequadas e, quando necessária, a cirurgia deve ser realizada sob anestesia adequada. No entanto, existem situações que não podem ser regidas por uma regra comum. O estudo de processos que levam à hiperalgesia e nocicepção é essencial para que possa haver uma melhoria no arsenal farmacêutico disponível para homens e animais. A criação de modelos animais de doenças neurodegenerativas tem sido o que permite uma base do conhecimento da fisiopatologia.

Exemplos interessantes podem ser tirados do entendimento da esclerose múltipla e da esclerose lateral amiotrófica. A fisiopatologia da primeira foi determinada, o que permitiu na última década a geração de medicamentos eficientes. Uma jovem, de minha próxima relação, que chegou a ter episódios patológicos devido à esclerose múltipla, incluindo cegueira transiente, hoje, em vista dos medicamentos disponíveis, pode levar uma vida normal, inclusive curtindo uma linda filha. Por outro lado, ainda não conhecemos a(s) base(s) biológica(s) da esclerose lateral amiotrófica; e o óbito após uma degeneração progressiva da capacidade motora é a expectativa do momento. Modelos animais que permitam o entendimento desta e outras moléstias são essenciais.

A comunidade científica brasileira há muitos anos vem trabalhando no sentido de poder avaliar a validade da experimentação animal e a forma de tratamento dos mesmos. Para tanto, a maioria das grandes universidades e dos institutos de pesquisa brasileiros já possuem Comitês de Ética em Experimentação Animal. Muitas das instituições de ensino privado também já tem comissões organizadas. No próximo mês de julho, durante a 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) será realizado o primeiro Fórum dos Comitês de Ética em Experimentação Animal, e a adesão tem sido enorme.

A grande batalha das sociedades científicas tem sido aprovar projeto de lei, inicialmente apresentado pelo deputado Sérgio Arouca, e que há 12 anos vem sendo aperfeiçoado. A lei nacional permitirá maior organicidade na criação de regulamentação para as avaliações de casos comuns e casos excepcionais. Lei, não é um instrumento de punição, é

um instrumento que permite a definição de limites e a organização de ações para cumprir esses limites.

Experimentação animal é importante, e ousar dizer, essencial para o avanço do conhecimento, mas seu emprego tem que ser regulamentado. Portanto, é essencial legislar o uso da experimentação animal.